



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Aquisição de eletrodomésticos para a Copa do Ático e Televisores para o TRESC.

2. Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

Trata-se de processo licitatório, modalidade pregão menor preço, para a aquisição de eletrodomésticos necessários e imprescindíveis para equipar o setor de Copa do Tribunal que há muitos anos não passa por uma manutenção, incluindo os equipamentos básicos que estão bem desgastados. O setor é importante já que utilizado pelos serviços de copa e de garçom, para a preparação de café para os servidores e juizes, especialmente nos plantões da Justiça Eleitoral. Há muitas atividades exclusivas da Justiça Eleitoral que exigem serviço extraordinário que impedem o afastamento de servidores, sendo que o espaço em questão é muito útil para preparar e aquecer refeições nesses períodos. Para tanto é preciso melhor equipá-lo.

Além de itens básicos de copa, como fogão, geladeira, micro-ondas, forno, optou-se também por uma máquina de lavar louças, a fim de dispensar os serviços de copeiragem além do horário padrão contratual e também evitar uma nova demanda que pudesse exigir um implemento de tais serviços.

Há também a necessidade da aquisição de televisores que serão instalados em setores estratégicos (Gabinete Presidente, Gabinete Corregedor, Gabinete Diretor-Geral, Sala do Conselho e Ático) todos no edifício sede do TRE-SC e servirão para auxiliar nas reuniões remotas, debates on-line, acompanhamento dos portais de notícias, videoconferência e outras demandas relativas da Justiça eleitoral.

Imperioso destacar, que o conjunto de características apontadas nas descrições dos produtos esteve alinhado, durante todo o processo de EP e PB, com fatores como:

- i) Durabilidade,
- ii) eficiência e,
- iii) manutenção.

I. Os materiais para as regiões litorâneas precisam de cuidados especiais devido a maresia. O revestimento em Aço Inox se mostrou a melhor solução. O aço inox é uma liga de aço comum, com adição de uma camada formada por diferentes quantidades de cromo. A disposição de uma fina camada impermeável e insolúvel é responsável pela natureza anticorrosiva.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

II. Eficiência significa fazer mais (ou, pelo menos, a mesma coisa) com menos, mantendo o conforto e a qualidade. Nesta ótica, destacamos alguns subitens, quais sejam:

- a) **eficiência produtiva:** equipamentos corretos e bem dimensionados produzir mais com menos,
- b) **eficiência econômica:** As etiquetas para a maioria dos eletrodomésticos, como geladeiras, fogões e ar condicionado, as categorias vão de A a E, sendo que A indica a categoria de maior eficiência energética, resultando em um menor consumo de energia,
- c) **eficiência alocativa no aspecto micro:** o uso dos recursos, que pode ser entendido como a eficiência produtiva do órgão, que pode ser melhorada através da inovação e do progresso dentro das instituições e,
- d) **eficiência técnica:** emprego de equipamentos corretos que levam ao melhor resultado, diminuindo contratações de envolvam mais mão-de-obra para o processo de resultado.

III. A correta escolha do equipamento e correta instalação/alocação tende a diminuir as manutenções do produto. Atualmente, uma gama de eletrodomésticos conceitualmente projetados para atingir o máximo de eficiência e durabilidade, circulam entre as diversas opções das vendas em varejo. Os produtos com tecnologia embarcada e *design* estudado, ganham espaço dia a dia, e caem no gosto da melhor escolha, considerando o custo e benefício do produto.

Com relação ao item das geladeiras, considerando o número de servidores atingidos pelo espaço ora adaptado, especialmente em finais de semana de eleição, cujos plantões seguem bem além do horário normal de expediente, após estudos de volume necessário para armazenamento de itens que precisam ser mantidos refrigerados, como produtos de alimentação, bem como água e outros, estimou-se os tamanhos definidos na descrição do objeto (item 3). Levou-se em conta, também, o espaço disponível para armazenar tais equipamentos, considerando o novo layout, objetivando racionalizar o espaço, que seria, inclusive, para abrigar treinamentos.

2.2 Objetivos e Benefícios

Aquisição necessária e imprescindível para equipar o setor de Copa deste Tribunal que há muito tempo não passa por uma manutenção. Os equipamentos que atualmente estão na Copa do Ático estão desgastados, de modo que necessária a substituição dos eletrodomésticos lá existentes, bem como a aquisição de novos equipamentos para que o local seja utilizado a contento nos serviços de copa e garçom.

Os televisores serão instalados em setores estratégicos (Gabinete Presidente, Gabinete Corregedor, Gabinete Diretor-Geral, Sala do Conselho e Ático) todos no edifício sede do TRE-SC e servirão para auxiliar nas reuniões remotas, treinamentos e demais atividades que permeiam o processo eleitoral, tudo isso visando atingir a missão do Tribunal.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os produtos elencados foram escolhidos por atenderem aos requisitos mínimos de durabilidade, eficiência e manutenção, e foram cuidadosamente escolhidos mediante observação à Resolução TSE n. 23.702, de 9 de junho de 2022.

Economia, durabilidade e modernização são os benefícios esperados com as aquisições.

2.3 Alinhamento Estratégico

Instrumento estratégico setorial.

Considerando que se trata de atividade de suporte, não há alinhamento direto a nenhum objetivo estratégico, mas o mesmo constitui o meio para atingimento da estratégia da organização.

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Juntado aos autos do PAE n.31.491/2022.

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista é a mesma a ser contratada, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Quantidade
01	Cooktop elétrico 4 bocas	01
02	Forno elétrico de embutir	01
03	Geladeira	02
04	Micro-ondas	01
05	Lava louças	01
06	TV 65"	05

2.6 Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.7 Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8 Caracterização e Composição do Objeto

Fornecimento de eletrodomésticos para a Copa do Ático e Televisores para o TRE-SC que atendam as seguintes características mínimas:

Item 1: Cooktop elétrico

- ✓ 04 bocas
- ✓ Placas de aquecimento infravermelho com superfície Vitrocerâmico
- ✓ Cor preta
- ✓ Mínimo de 03 níveis de potência
- ✓ Indicador de superfície quente
- ✓ Desligamento automático
- ✓ Alimentação 220 volts
- ✓ Índice de classificação energética mínima “A”, segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem do PROCEL / INMETRO.

Quantidade: 01 (uma) unidade.

Item 2: Forno Elétrico

- ✓ 220 volts
- ✓ Tipo embutir
- ✓ Elétrico
- ✓ Mínimo 60 litros
- ✓ Inox
- ✓ Timer
- ✓ Desligamento automático
- ✓ Prateleira regulável
- ✓ Autolimpante.

Quantidade: 01 (uma) unidade.

Item 3: Geladeira

- ✓ Frost free
- ✓ Revestimento: inox
- ✓ Prateleiras reguláveis



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ✓ Capacidade total mínima de 540 litros
- ✓ Pés niveladores
- ✓ Rodízios
- ✓ Alimentação 220 (duzentos e vinte) volts
- ✓ Índice de classificação energética mínima “A”, segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem do PROCEL / INMETRO.

Quantidade: 02 (duas) unidades.

Item 4: Micro-ondas

- ✓ 220 volts
- ✓ Mínimo 28 litros
- ✓ Inox
- ✓ Potência mínima de 900W
- ✓ Painel digital
- ✓ Teclas Touch
- ✓ Com grill
- ✓ Com prato giratório
- ✓ Com relógio.

Quantidade: 01 (uma) unidade.

Item 5: Lava louças

- ✓ 220 volts
- ✓ Mínimo 14 serviços
- ✓ Inox
- ✓ Cesto para talheres
- ✓ Vários tipos de lavagem
- ✓ Função pré-lavagem
- ✓ Prateleiras reguláveis
- ✓ Filtro de resíduo
- ✓ Medidas máximas: Altura 91 x Largura 75,5 x Profundidade 75,5
- ✓ Índice de classificação energética mínima “A”, segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem do PROCEL / INMETRO.

Quantidade: 01 (uma) unidade.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item 6: Televisor

- ✓ Tipo de TV: Smart TV
- ✓ Tecnologia da Tela: LED ou superior
- ✓ Polegadas: 65"
- ✓ Resolução: Ultra HD 4k
- ✓ Taxa de Atualização mínima: 60Hz
- ✓ Taxa de atualização com Tecnologia mínima: 60Hz
- ✓ Potência do Áudio (RMS): 20Wrms
- ✓ Quantidade mínima de entradas USB: 1
- ✓ Quantidade mínima de entradas HDMI: 3
- ✓ Wi-Fi: Wi-Fi integrado
- ✓ Conversor Digital Integrado: Sim
- ✓ Timer On/Off: Sim
- ✓ Closed Caption: Sim
- ✓ Sleep timer: Sim
- ✓ Tensão: Bivolt 110/220
- ✓ Eficiência energética: A
- ✓ Garantia Limitada de 1 ano do fornecedor

Quantidade: 05 (cinco) unidades.

2.9 Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10 Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação deverá ser por item.

2.11 Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipuladas pelo contratante.

O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.11.1 Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2 Critérios de Preferência e Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12 Modalidade e Tipo de Licitação

A contratação poderá ser realizada por meio de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.13 Impacto ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não é necessário.
Infraestrutura Elétrica	Não é necessário.
Logística de Implantação	Não é necessário.
Espaço Físico	Não é necessário.
Mobiliário	Não é necessário.
Impacto Ambiental	Não é necessário.

2.14 Conformidade técnica

Ressaltamos que, neste momento, os produtos que melhor atendem as necessidades deste Tribunal são aqueles cujas especificações estão elencadas no item 2.7 deste Projeto Básico.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.15 Obrigações da Proponente

Recomenda-se verificar a conformidade técnica apresentada neste Projeto Básico antes da apresentação das propostas.

2.15 Obrigações da Contratante

a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital; e

b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da execução do objeto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.16 Obrigações da Contratada

2.16.1. Entregar os produtos em, no máximo, 30 (trinta dias) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho emitida pelo TRE-SC;

2.16.1.1. A entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRE-SC, por meio do telefone (48) 3251 3865, no horário das 13h às 19h, ou por e-mail para o endereço eletrônico aem@tre-sc.jus.br;

2.16.2. Entregar os produtos na Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRE-SC, situada no 1º andar do Prédio Anexo do TRE-SC, localizada na Rua Esteves Júnior, 80, Centro, Florianópolis/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

2.16.2.1. Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os produtos apontados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da notificação emitida pelo TRE-SC;

2.16.2.2. Estando em mora a Contratada, o prazo para substituição de que trata o subitem **2.16.2.1** não interromperá a multa por atraso prevista no subitem 1.11 do Plano de Fiscalização anexo ao presente Projeto Básico;

2.16.2.3. Em caso de substituição de produtos, conforme previsto nos subitens 2.16.2.1 e 2.16.2.2, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

2.16.3. Fornecer os produtos com garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e

2.16.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos e especificações do objeto deste Projeto Básico estão descritos no subitem 2.7 “Caracterização e Composição do Objeto”.

3.1.1 Marcas e Modelos / Códigos de Referência

ITEM 1: Cooktop Elétrico, Marca: Tramontina New Square Touch em Vitrocerâmico, 04 Bocas, 09 Níveis de Potência Preto.

ITEM 2: Forno Elétrico 67 Litros Inox com Função Ar Forçado e Painel Touch. Marca: Brastemp, Modelo: BO260AR.

ITEM 3: Geladeira/Refrigerador Brastemp, *frost free*, Evox, 540,6 L, cor Inox (BR080).

ITEM 4: Micro-ondas Eletrolux com 31 Litros de Capacidade e Grill Inox, Modelo: ME41X.

ITEM 5: Lava-Louças Brastemp 14 Serviços Inox com Ciclo Pesado e Delicado. Modelo: BLF14AR.

ITEM 6: Televisor 65” - Samsung Modelo: 65AU7700

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido. Servem, portanto, apenas como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas. Assim, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares aos indicados, que detenham as especificações daqueles.

3.1.2 Código SIASG



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1) Cooktop - 303649
- 2) Forno elétrico - solicitado no SERPRO via SIDEC.
- 3) Geladeira - solicitado no SERPRO via SIDEC.
- 4) Micro-ondas - 34703
- 5) Máquina lava LOUÇAS - solicitado no SERPRO via SIDEC.
- 6) Televisor 65" - 458905

3.1.3 Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

Florianópolis, em 08 de agosto de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I - Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O gestor do contrato será a Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

Não se aplica a esta contratação.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

a) os produtos deverão ser entregues em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela contratada, da Nota de Empenho emitida pelo TRE-SC;

b) a entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRE-SC, por meio do telefone (48) 3251 3865, no horário das 13h às 19h, ou por e-mail para o endereço eletrônico aem@tre-sc.jus.br;

c) os produtos deverão ser entregues na Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRE-SC, situada no 1º andar do Prédio Anexo do TRE-SC, localizada na Rua Esteves Júnior, 80, Centro, Florianópolis/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

1.3. Instrumentos Formais

A nota de empenho emitida em favor da empresa é a condição para informar do pagamento da despesa, quando da entrega dos produtos solicitados.

1.4. Prazos de Garantia

A Contratada deverá fornecer produtos com garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O gestor da contratação será o Chefe da Seção de Equipamentos e Móveis do TRE-SC, ou seu



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

substituto, ou superior imediato.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

A empresa deverá apresentar, a nota fiscal dos produtos quando efetivada a entrega, a qual será conferida e atestada pelo setor competente:

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
 - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da empresa contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.2.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.3.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.3.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do contrato;

1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor do contrato;

1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

1.11.4. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.5. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “c” do subitem 1.11.4 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.6. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.6.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.6, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.6.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.7. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.8. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.8.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.8.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.8.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4 exaure-se a esfera administrativa.